

Observatório do Vale do Paraíba e Litoral Norte (SP): lugar social e construção coletiva¹

Observatory of Vale do Paraíba and Northern Coast (SP): Social place and collective construction

Cilene Gomes

Universidade do Vale do Paraíba

Pós-Doutoranda e Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional

Paulo Romano Reschilian

Universidade do Vale do Paraíba

Professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional

Paula Vilhena Carnevale Vianna

Universidade do Vale do Paraíba

Professora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional

RESUMO: O artigo apresenta o desenvolvimento inicial do Observatório do Vale do Paraíba e Litoral Norte (SP), iniciativa do PLUR-UNIVAP que teve sua motivação original na institucionalização da região metropolitana e hoje, justifica-se ainda mais com o Estatuto da Metrôpole e o reconhecimento da importância da socialização de informações e conhecimentos e do monitoramento de ações e processos interferentes nos rumos do planejamento e do desenvolvimento. Na busca de qualificar a força de presença e cooperação da universidade e do referido programa no debate público sobre a sociedade contemporânea e a transformação da realidade regional, é que junto a outros agentes compromissados, o Observatório tem sido concebido como ação política articuladora de outras ações, com o objetivo de construção coletiva de uma visão crítica e discussões sobre problemáticas e questões de interesse comum. Para isso, uma revisão teórica do fenômeno metropolitano e regional torna-se tão necessária como o trabalho de organização e análise de dados e informações e a reflexão sistemática sobre a aplicabilidade de metodologias qualitativas combinadas ao uso de geotecnologias. O trabalho de constituição do Observatório e organização inicial do Banco de Dados e Informações são os primeiros resultados a serem especificados e avaliados.

Palavras-chave: Metropolização. Planejamento Regional. Observatório. Vale do Paraíba. Litoral Norte.

¹Esse artigo é resultado do desenvolvimento inicial (desde janeiro de 2015) do Projeto de Pós-Doutorado de Cilene Gomes (PLUR-UNIVAP, Bolsista da CAPES), intitulado *Observatório das regiões, cidades e localidades da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (SP): Ação social para o desenvolvimento e os processos de planejamento urbano e regional*, com a supervisão do Professor Paulo Romano Reschilian e financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (Edital Universal). Outros professores do PLUR-UNIVAP têm atuado como colaboradores do projeto: Adriane Aparecida Moreira de Souza, Pedro Ribeiro Moreira Neto, Maria Aparecida Papali, Valéria Zanetti, Maria Angélica Toniolo e Antônio Carlos Machado Guimarães. Os autores agradecem à diretora do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Professora Sandra Maria Fonseca da Costa e às agências financiadoras CAPES e CNPq.

ABSTRACT: This article presents the initial development of the Observatory of Vale do Paraíba and Northern Coast, an initiative of PLUR-UNIVAP, which based its original motivation on the institutionalization of the metropolitan region. Today, this initiative is far more justified by the Metropolis Bylaws and the recognition of the importance of information and knowledge socialization, as well as by the monitoring of interfering actions and processes in the planning and development directions. In order to qualify the university and this program power of presence and cooperation, in public debates about the contemporary society and the transformation of the regional reality, the Observatory has been operating as a political action articulator of other actions to promote collective construction of a critical vision and discussions on common interest problems and questions. Therefore, a theoretical revision of the metropolitan and regional phenomenon is as necessary as the organizational and analytical work of data and information, as well as the systematic reflection on the applicability of qualitative methodologies, combined with the use of geotechnologies. The construction work of the Observatory and the initial organization of the Data and Information Banks are the first results to be specified and evaluated.

Keywords: Metropolization. Regional Planning. Observatory. Vale do Paraíba. Northern Coast.

Introdução

A recente institucionalização da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) pelo Governo do Estado de São Paulo² e a aprovação do Estatuto da Metrôpole³ pelo Governo Federal têm instigado à realização de novos estudos e pesquisas sobre a realidade integrada e heterogênea dos 39 municípios que a compõem e ao monitoramento de ações e processos interferentes nos rumos de seu planejamento e desenvolvimento. Mais do que isso, tais fatos têm chamado os diversos agentes sociais a novos posicionamentos e compromissos diante do desafio da construção coletiva de um projeto de transformação social e reorganização do espaço regional.

Nesse contexto, a iniciativa de criação e desenvolvimento do Observatório do Vale do Paraíba e Litoral Norte pelo Núcleo de Estudos Urbano-Metropolitanos e Urbano-Regionais do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba (PLUR-UNIVAP) tem contribuído para repensar e qualificar a força de presença e cooperação deste mesmo Programa no debate público sobre a sociedade contemporânea e as transformações da realidade loco-regional, por meio da visão prospectiva e propositiva do planejamento e do processo de análise e produção do conhecimento que a fundamenta.

Assim sendo, o problema geral que orienta a constituição do referido Observatório – em sua natureza de espaço agregador e socializador de informações e conhecimentos e, ainda,

² Lei Complementar Estadual 1166, de 9 de janeiro de 2012.

³ Lei Federal 13.089, de 12 de janeiro de 2015.

lugar articulador e catalisador de iniciativas e cooperações – reside essencialmente nos movimentos da transformação de uma visão da realidade regional (elaborada inclusive em sua dimensão cultural-ideológica de projeto social) em ação política conjugada a outras ações e comprometida com a mudança dessa mesma realidade.

Se realmente somos conscientes de que algo novo no mundo se desenvolve por meio de nós, qual a visão do fenômeno social regional importa-nos organizar e dar a conhecer? Que ações políticas a promover serão coerentes com essa visão? Quem serão nossos interlocutores? Quem serão os agentes co-responsáveis pela construção do Observatório e por suas realizações?

O Observatório do Vale do Paraíba e Litoral Norte é um projeto de um “sujeito” coletivo que pretende ter voz ativa e participar da construção igualmente coletiva de um projeto social mais amplo, do novo lugar social que pode se engendrar nos caminhos do desenvolvimento loco-regional.

Daí a ideia de que o Portal do Observatório dialoga e comunica, contribuindo para reduzir o tempo das respostas que a universidade pode e deve dar à sociedade e, por conseguinte, fortalecendo seu papel na consecução de um debate social e político mais consistente, direcionado ao trabalho de dissolução das ideologias restritivas impostas pelos discursos da atual globalização (SANTOS, 2000, p. 159). A pertinência da utopia e do projeto social, de que nos fala o mesmo autor, reside justamente na possibilidade de confronto com a experiência [e os saberes] dos mais diversos povos e indivíduos, coadunando-se com a busca de ampliação progressiva da consciência da diferença – a consciência universal, em detrimento da pretensa força hegemônica do pensamento único, de um único futuro possível.

Para revelar a região do Vale do Paraíba e Litoral Norte em sua concreta dinâmica de transformação, das situações críticas diferenciadas que a conformam (enquanto organização sócioespacial em processo evolutivo) será preciso transitar para a construção e afirmação de um novo olhar, uma visão crítica – uma visão regional que situe as mudanças desejáveis por meio de uma ação racional direcionada a novos valores e objetivos, e a metas e recursos em distintas escalas do tempo. Nesse propósito de escolher e encontrar o melhor porvir para todos os habitantes, a questão da unidade e diversidade do espaço regional torna-se relevante ou mesmo essencial.

Nesse sentido, importa reconhecer as distintas regiões, cidades ou localidades que, em sua natureza geográfica e social, constituem a totalidade deste espaço regional em transformação, indagando e ponderando sobre as medidas do que aí é ou não metropolitano, os desdobramentos do processo de institucionalização da região metropolitana, a questão da

participação da sociedade e da integração de agentes e ações, o plano regional previsto pelo Estatuto da Metrópole, o desenvolvimento social urbano-regional etc.

De fato, o problema da criação de regiões metropolitanas, de um lado, suscita a revisão do fenômeno social metropolitano e de suas bases teóricas e/ou conceituais e, de outro lado, obriga ao acompanhamento de ações e processos que, à luz da ordem política e normativa vigente, deverão sobrevir tendo em vista o desenvolvimento regional e o processo correlato de planejamento. Nessa instância político-institucional da formação social, as relações entre o estado, a sociedade e o território regional assumem o centro dos debates e das proposições para a permanente reconstrução do projeto social e de reorganização espacial, dos quais a universidade pode participar e para os quais pode colaborar e, por isso, deve se posicionar e assumir os compromissos que lhe cabem.

Na recorrência a esta ordem de ideias, o cerne do problema da construção do Observatório, por mais difícil que nos pareça o trabalho de co-reflexão e cooperação, reside na necessária desconstrução do modo de ver hegemônico que, na busca da ciência, ainda reforça a cisão entre sujeito e objeto, afastando o sujeito da ação política transformadora, e que na vida social mais amplamente considerada, prioriza a cultura da segregação ou exclusão, em detrimento do encontro com os diferentes, com outras racionalidades e modos de vida.

No ajuste ao foco da questão regional-metropolitana, não será este mesmo o problema que se interpõe ao passo da superação dos estados de subjugação e dependência, desigualdade e injustiça social? Como refletir sobre a transformação social e por ela trabalhar no plano do pensamento e da ação política sem buscar aprimorar os sentidos da visão do fenômeno humano e social e do espaço-tempo que o envolve?

Método

Nesse contexto, os caminhos da investigação e da ação revelam-se essencialmente por seu caráter exploratório e colaborativo, tendo sua força motriz primordial na reflexão teórico-metodológica conjunta, alicerçada em aportes disciplinares diversos para o avanço da ciência da sociedade contemporânea e do espaço urbano-regional balizado pelos processos de argumentação a respeito da transformação do paradigma sócio-cultural e científico e das proposições para a ampliação do plano de análises e ações.

Um primeiro ponto teórico para as discussões tem sua raiz nas evidências⁴ de uma crise global de modelos referenciais. Crise de civilização, de ordem sócio-cultural. Crise filosófica e de valores da humanidade em seu todo que precisa ser resolvida no âmbito da consciência dos indivíduos e dos grupos em todo lugar e instância de atividade. A questão é complexa e, por isso, merece estudos e reflexões que devem orientar o equacionamento racional de novos fundamentos e propósitos, valores e escolhas, e de ações coerentes para a produção coletiva de uma nova história.

Por onde iniciar essa tarefa trabalhosa que, certamente, só poderá assumir um sentido completo no mais longo prazo, mas que deverá ser realizada no seu passo a passo?

No escopo da visão crítica do processo de globalização e das relações entre o fenômeno metropolitano e as questões sobre o desenvolvimento e o planejamento suscitadas pela institucionalização da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, o caminho de método que melhor parece poder corresponder às possibilidades presentes como tendências da história contemporânea traduz-se pelo questionamento do modelo de organização sócioespacial “centro-periferia”.

As explicações teóricas do fenômeno urbano e regional ainda hoje “batem nessa tecla” do padrão de precariedade e “marginalidade” de certos segmentos sociais e seus lugares de vida desfavorecidos, quando a rigor, outro período da história parece se prenunciar por indicativos concretos de transformação do padrão periférico, ou mesmo, no plano da ordem sócio-cultural mais abrangente, por indícios de ampliação da consciência e possibilidade de construção do homem integral e do cidadão (SANTOS, 2000, p. 169; SILVA NETO, 2003).

Nesta circunstância histórica recente (datada a partir das últimas décadas pós-1980), tais indicativos podem sugerir, de fato, tanto o deslocamento de fluxos do capital imobiliário para certas áreas periféricas das cidades, ou mesmo, um relativo processo de inclusão social das populações despossuídas em outras áreas urbanas (RIBEIRO e LAGO, 1994), como podem perpassar, na ordem da atual globalização, o processo de informacionalização da sociedade e a cognoscibilidade extensiva e aprofundada do planeta; a reassunção dos valores essenciais do homem pelos reclames dos direitos à vida digna e à participação no rumo da história; a intensificação dos movimentos ou manifestações sociais de diversa natureza enfim.

Na melhor das hipóteses, tudo parece poder levar ao entendimento progressivo do que é o mundo e o lugar, à politização de grandes contingentes e à produção política e coletiva

⁴ Haja vista os impropérios da urbanização na questão habitacional e as barbaridades do comportamento humano patológico ou da violência que, em última instância, é intrínseca ao sistema social considerado no seu todo.

gradual de novos “centros organizacionais e organizadores” (TEILHARD de C., 1963; 1986) da vida social e do espaço em todo lugar.

Dessa forma, o trabalho de desconstrução das relações interpessoais ou interinstitucionais assentadas no estado de dominação ou subjugação de uns pelos outros e de alienação revelaria pouco a pouco os seus frutos. Periferia seria sinônimo do que é próximo e não mais sinônimo do que é estranho ou está de fora; mas nem tampouco apenas sinônimo de um novo centro do capital. Os desníveis de condições sociais e espaciais seriam balanceados ou deixariam de existir porque a escala de valores e escolhas políticas seria outra. As diferenças sim existirão justamente pelo novo equilíbrio social dinâmico estabelecido pela liberação das forças concretas da humanidade dos homens, de sua dimensão simbólica, criadora e solidária.

De fato, por hipótese, tudo dependeria, em princípio, da elaboração de uma nova visão dos fatos, de um novo conjunto de elementos referenciais e de um ajuste do foco de observação para a questão do projeto social e do espaço de todos. Tudo seria simplesmente uma questão de considerarmos os fatos em sua integralidade no equacionamento de proposições. No universo do conhecimento, onde a centralidade está no homem, o centro está em todo lugar, todos os lugares são, a seu modo único e diferenciado, centros da vida social e do exercício da ação política.

Ora, mas no escopo do presente trabalho conjunto para a realização gradual do Observatório da Região do Vale do Paraíba e Litoral Norte, os desafios que se interpõem, a caminho da referida reflexão e colaboração para a construção progressiva de uma nova ordem sócio-cultural, não se dissociam da ampla discussão sobre o processo permanente de reorganização político-territorial da federação brasileira e, mais particularmente, sobre o modelo macrometropolitano paulista, da macrometrópole paulista (EMPLASA, 2012), induzindo à reprodução ampliada de determinações hegemônicas globais, de natureza ideológica, político-institucional e técnico-econômica (SILVA NETO, 2002) – reprodução de “suas medidas” – no âmbito da produção “metropolitana” do espaço urbano-regional valeparaibano.

Nesse encadeamento de raciocínios, propõe-se que o Observatório trabalhe, simultaneamente, com a perspectiva de análise crítica do horizonte social geral apontado por José Luiz Braga (MAIA, ALEXIUS e SILVA, 2015, p. 18), ou seja, do mundo contemporâneo, bem como das questões sócio territoriais do país em sua relação com as da região em foco propriamente dita. A título mesmo de exercício do método dialético, a

transposição escalar para o estudo da correlação local-global, ou loco-regional, constitui operação estratégica fundamental (BRANDÃO, 2013; VAINER, 2001).

Nesse caso, alguns eixos temáticos bem gerais estão sendo considerados para organizar e abarcar a diversidade de estudos e investigações que deverão alimentar as interlocuções e discussões e o banco de dados e informações do Observatório. Dentre eles, vale mencionar os seguintes: 1. Modelo de organização sócio-espacial centro-periferia em múltiplas escalas de observação e da ação; 2. Metropolização do território brasileiro e formação da macrometrópole paulista; 3. O espaço regional: eixos de integração territorial, urbanização e regionalização; 4. O território municipal: realidades e problemáticas diferenciadas; 5. Desenvolvimento e planejamento urbano e regional: marcos regulatórios, institucionalização de regiões metropolitanas e participação social; 6. História, cultura, urbanidade e cidadania; 7. Uso e ocupação do solo e problemas ambientais.

Correlativamente, o percurso do trabalho orienta-se para a organização, a revisão e análise de referenciais empíricos e, ainda, ao exame das possibilidades de utilização de metodologias qualitativas (GOLDENBERG, 2000; MARTINS, 2004), observação-participante e pesquisa-ação (THIOLLENT, 1996), conjugado às ponderações sobre a aplicabilidade da cartografia social (ACSELRAD, 2008) e dos recursos diversos da geoinformação (DI MAIO, GOMES e KURKDJIAN, 2011) ou geotecnologias (CÂMARA, 2005; RAMOS, CÂMARA e MONTEIRO, 2007; STASSUN e PRADO FILHO, 2012), inclusive para ambientes da *web* (RAMOS, 2005).

Resultados e Discussão

Considerando a fase inicial de desenvolvimento do projeto (seis meses), os resultados a serem discutidos resumem-se basicamente ao trabalho de constituição do Observatório e da organização inicial do Banco de Dados e Informações Georeferenciados, que junto a outras bases de dados e informações, alimentarão as investigações, análises e debates pretendidos sobre a região do Vale do Paraíba e Litoral Norte e o *website* do Observatório propriamente dito. Em boa medida, as próprias opções metodológicas (acima apresentadas) têm sido ensaiadas a partir desse esforço inaugural realizado em conjunto.

Nesse sentido, são as seguintes as primeiras atividades de coordenação, estruturação e funcionamento do Observatório que devem ser ponderadas tendo em vista alguma síntese de elementos para discussão face aos problemas e objetivos propostos.

Concepção do Observatório

A concepção do Observatório foi apresentada, de forma ampla, no Projeto “Observatório das regiões, cidades e localidades da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (SP): Ação social para o desenvolvimento e os processos de planejamento urbano e regional“. Mas esta concepção está ainda inteiramente aberta a delimitações, inicialmente para o prazo de três anos, em função das parcerias e dos recursos humanos e financeiros disponíveis para o trabalho de realização. Esse artigo procurou sintetizar essa concepção em suas linhas gerais, e agora retomando o resultado das reuniões realizadas (nestes seis meses) pode-se ressaltar a proposição de buscar construir um olhar diferenciado sobre a região que em simultâneo, possa criar uma identidade do grupo. Mas este olhar diferente, de onde vai nascer senão da sincronização e convergência das diferentes visões de seus integrantes e dos futuros interlocutores, dos campos em que se inserem seus saberes e práticas? E qual nosso conceito de identidade se não entendê-la em seu caráter de permanência e de permanente transformação? Pelas significações que hoje se atribuem aos observatórios (MAIA, ALEXIUS e SILVA, 2015), não estaríamos em busca de atribuir uma perspectiva de valor ao lugar social e à sua construção coletiva?

Constituição de parcerias

O processo de constituição de parcerias tem sido outro principal objeto da formação do Observatório. Embora o projeto tenha nascido no contexto do Núcleo de Estudos Urbano-Metropolitanos e Urbano-Regionais do Programa em Planejamento Urbano e Regional, ele pretende agregar colaborações de outros laboratórios ou projetos do mesmo programa, de professores ou alunos que possuam interfaces com temáticas ou territórios da região em foco. Nesse sentido, o reconhecimento de parcerias a serem firmadas (internamente ao programa) tem sido objetivado, por exemplo, com o Laboratório de Pesquisa e Documentação Histórica.

Além disso, o Observatório da Saúde (já mencionado) e o Observatório da Segurança Pública⁵ são outros projetos abrigados pelo programa que, certamente, estão contemplados para o estabelecimento de conexões significativas com o Observatório, já que têm a mesma região como contexto de observação e análise e tratam de temáticas específicas com clara orientação para a discussão de questões territoriais.

⁵ Projeto de cooperação firmado entre a Universidade do Vale do Paraíba e o Comando de Policiamento do Interior-1, unidade subordinada ao Comando Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo, para a criação e o desenvolvimento do Observatório de Segurança Pública da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, desde maio de 2015.

Com base nesse fato e na notícia da existência de outros observatórios na região é que a ação de constituir redes de observatórios tornou-se uma opção interessante no sentido de buscar ampliar os círculos de participação e cooperação social, tal como José Luiz Braga (MAIA, ALEXIUS e SILVA, 2015, p. 19) sugere conceber “a construção de circuitos [afins] como lógica central da política dos observatórios”.

Com essa perspectiva, um passo dado para a construção de uma parceria com o Observatório das Metrôpoles⁶ se deu mediante o consentimento e a orientação para aplicação de uma metodologia de mapeamento e análise da estrutura sócio-ocupacional (RIBEIRO e RIBEIRO, 2013) da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, desenvolvida por esta rede de pesquisas. Esse trabalho de análise em curso poderá acarretar alguns desdobramentos de interesse comum entre os dois observatórios, mas de qualquer forma, tal rede de Observatórios é fonte obrigatória para estudo e acompanhamento das questões hoje ligadas à organização e dinâmicas de regiões metropolitanas.

Outras parcerias em construção cujo estágio atual é o da obtenção de anuência formal ao projeto e de definição de propostas de trabalho e metas para os próximos dois anos e meio (ao menos), são com pesquisadores ou núcleos de pesquisa de instituições de ensino e pesquisa (local e não local), a saber: 1. Professor Marcel Fantin, do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo em São Carlos, co-responsável pela concepção e organização do Banco Digital do Observatório; 2. Professor Julio Pedrossoli, que atua na área de Cartografia, Sistemas de Informação Geográfica e Sensoriamento Remoto, na Universidade Federal da Bahia, também co-responsável pelo Banco Digital do Observatório; 3. Professores Ademir Pereira dos Santos e Ademir Fernando Morelli da Universidade de Taubaté (SP), com propostas de trabalho ainda em definição; e 4. Professor Rene Antônio Novaes Junior, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e Universidade de Taubaté, com proposta de trabalho também ainda em definição.

Dessa forma, a questão intrínseca aos observatórios do necessário fortalecimento para estabelecer articulações ativas com a sociedade civil e o aprendizado recíproco com os observatórios propriamente ditos tornaram-se diretrizes prioritárias para a constante reflexão e avaliação do processo de constituição e desenvolvimento do Observatório.

Organização de grupos de trabalho

⁶ Rede de pesquisa coordenada pelo Professor Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro - IPPUR-UFRJ.

A esse respeito, os trabalhos de investigação sobre a Região do Vale do Paraíba e Litoral Norte estão sendo organizados minimamente em duas vertentes: a primeira delas refere-se à identificação de possíveis convergências entre os estudos em desenvolvimento no PLUR-UNIVAP, por meio da interlocução entre orientadores e orientandos, e as questões temáticas do Observatório; a segunda vertente entreabriu-se inicialmente com a possibilidade de integrar o trabalho de bolsistas de iniciação científica orientados por professores-parceiros junto a professores do PLUR-UNIVAP. Além disso, vale mencionar que o Projeto do Observatório submetido ao CNPq é de responsabilidade da Professora Colaboradora e Pós-Doutoranda do PLUR-UNIVAP e nessa função responderá, pelas orientações das quais participa e mesmo individualmente, com investigações e análises direcionadas diretamente ao Observatório.

Com a definição de projetos específicos e metas junto aos nossos parceiros (como mencionado no item 2) a organização de grupos de trabalho deverá ter novos desdobramentos, assim como a necessidade de recursos materiais deverá igualmente ser ponderada.

Reconhecimento das bases de dados e informações

Considerando a possibilidade de reorganização de um primeiro Banco de Dados Georeferenciados sobre a RMVPLN⁷, outras bases de dados já disponíveis estão sendo contempladas junto àquelas previamente organizadas:

1) Base Georreferenciada do Uso do Solo Municipal e Urbano, segundo Unidades de Informação Territorializada (UIT), para todos os 39 municípios da RMVPLN, obtida na EMPLASA, no primeiro semestre de 2014, mediante Concessão de Uso;

2) Base de Dados Estatísticos Gerais (IBGE, Censo Demográfico, 2010) da Amostra (por municípios) e do Universo (por setores censitários) em parte já organizados (São José dos Campos e Jacareí), mas em parte ainda por organizar, sobretudo os dados por setores censitários para os demais municípios da região;

3) Base Específica de Dados Estatísticos (IBGE, Censo Demográfico, 2010) sobre Deslocamentos Populacionais por Razão de Trabalho e Estudo, com origens e destinos (municípios) dentro da RMVPLN e ainda, dados complementares para caracterização dessa população (sexo, idade, escolaridade, ocupação e renda) que realiza movimentos pendulares;

4) Base de Informações já organizada a partir do Perfil dos Municípios Brasileiros (IBGE, 2011 e 2012), para composição de perfis dos municípios da RMVPLN.

⁷ Organizado durante o desenvolvimento de outro projeto de Cilene Gomes, apoiado pelo CNPq e concluído em setembro de 2013.

5) Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, recém lançado pelo IPEA, Fundação João Pinheiro e PNUD. Esta base de dados será de grande utilidade pela possibilidade de análises na escala intra-urbana das cidades da região.

Essas bases de dados deverão ser trabalhadas com o objetivo de inclusão de dados (sobre variáveis selecionadas) no Banco Digital do Observatório, sobretudo com a finalidade de geração de mapas temáticos e de aplicação de técnicas de análise espacial contidas em programas de geoprocessamento. Parte destes dados (movimentos pendulares e uso e ocupação do solo) também será utilizada em trabalhos de dissertação e tese de alunos do Mestrado e Doutorado.

Além destas atividades estruturantes, é preciso ainda mencionar: 7. O trabalho de desenho e implantação do website, muito inicialmente delineado; 8. O processo de divulgação do Observatório, previsto inicialmente para o segundo semestre de 2015, por meio do setor de imprensa e evento interno de Iniciação Científica e Pós-Graduação da UNIVAP; 9. A definição de critérios e/ou prioridades para a utilização de recursos financeiros disponíveis (CNPq) e de estratégias para obtenção de novos recursos.

Perfil da urbanização regional

A título ainda de resultados a respeito da região em foco, que serão ponto de partida para a futura reorganização de dados e informações, pode-se dar a conhecer uma breve caracterização do perfil da urbanização regional (GOMES, 2011; GOMES, 2014).

Simultaneamente à tendência de declínio cada vez mais acentuado do crescimento populacional dos anos 60 aos 2000, nota-se nitidamente, a estruturação do espaço regional a partir de dois principais eixos da urbanização e desenvolvimento – a via Dutra e o eixo rodoviário litorâneo, que perpassam a região no sentido longitudinal e constituem, em seus arredores, duas sub-regiões de cidades articuladoras dos demais espaços produtivos e sociais (intermediários e circunvizinhos aos eixos rodoviários transversais) da região no seu todo.

Nesse processo, a industrialização teve um peso relativamente maior como fator direto do crescimento urbano, sobretudo na primeira região imediata à via Dutra. Mas nas duas regiões a expansão e diversificação dos comércios e serviços representam tendências mais recentes da urbanização regional, dinamizando a vida econômica e social de modo diverso, e com igual ou maior influência que a atividade industrial, conforme o grau de complexidade da urbanização ou a peculiaridade da economia de cada cidade. Como é o caso da base

pelas paisagens do Vale Médio e Superior da Bacia do Paraíba, do litoral e da Serra da Mantiqueira, e centralizadas pelas dinâmicas e defasagens da vida social e econômica, em sua comum e variada expressão.

No desenho geral (assim apresentado) da integração territorial e técnico-econômica (SILVA, 2002) da região, tinha-se em 2000, uma distribuição da população, por classes de tamanho das aglomerações urbanas, demonstrativa de um padrão majoritário de pequenas e médias cidades, com São José dos Campos apenas despontando como uma grande cidade média, dada sua população urbana já acima dos 500 mil habitantes.

Como também verificado, se até 2010 algumas cidades mudaram de patamar no que se refere ao tamanho demográfico, o perfil da urbanização regional não se alterou em seu padrão predominante de aglomeração de habitantes em pequenas e médias cidades. Nesta mesma data, a cidade de São José dos Campos permanece sozinha em sua condição de grande centro regional, com sua população urbana de 617.106 habitantes, representando 29% do total da população urbana regional.

Uma alteração significativa do sistema de cidades deu-se, no mesmo decênio, na classe de população urbana acima de 200 mil a 500 mil habitantes, com Jacareí aparecendo em 2010 ao lado de Taubaté. Por causa desse reposicionamento, o crescimento do total de habitantes urbanos dessa classe de cidades foi de 109,2% e o percentual representativo dos 480.970 habitantes urbanos (somando a população das duas cidades) em 2010 no total da população urbana regional alcançou 22,5%.

Dessa forma, mais da metade da população urbana da RM Vale concentra-se apenas em três cidades – São José dos Campos, Taubaté e Jacareí.

Em mais oito cidades, com população urbana acima de 50 mil e até 200 mil habitantes temos mais 33,9% da população urbana regional. Essa é uma importante classe de cidades médias da região, junto às três anteriores, no contexto das dinâmicas históricas e recentes do desenvolvimento da região, haja vista sua localização nos dois principais eixos de circulação e integração territorial. Guaratinguetá e Cruzeiro constituem centros da urbanização regional consolidada há mais tempo. São Sebastião, Caraguatatuba e Ubatuba são hoje referências de urbanização intensificada por atividades específicas como o turismo, a atividade portuária e petroleira e a dinâmica do mercado imobiliário. Pindamonhangaba e Caçapava têm sido destacadas por seu crescimento urbano expansivo. E por fim, Lorena, que parece tornar-se um centro do ensino superior de relativa influência local e regional.

Já observando a classe das cinco aglomerações urbanas (de transição ao porte médio, se assim pode-se dizer), com um número de habitantes acima de 20 mil e até 50 mil em 2010,

temos mais 8% da população urbana regional aí reunida. Esse total de população residente nas cidades de Campos do Jordão, Tremembé, Aparecida, Ilhabela e Cachoeira Paulista.

Em suma, temos uma concentração elevada igual a 93,5% dos 2.131.296 habitantes urbanos da região em 16 cidades, e apenas 6,5% nas demais 23 cidades, distribuídas em outras quatro classes de tamanho da população urbana estabelecidas no mínimo pelo número de habitantes acima de 1.000 e até 20 mil. Vale notar o crescimento significativo, de 2000 a 2010, do total de habitantes urbanos aglomerados na classe do tamanho populacional acima de 5 mil a 10 mil habitantes (22,75%) e também, acima de 2 mil a 5 mil habitantes (12,8%). Esse último conjunto de cidades, com população até 20 mil habitantes, agrega, por hipótese, espécies distintas do que se pode definir como pequenas cidades no contexto da região.

Em vista dessa organização sócioespacial geral da atual região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, claramente marcada pelo fenômeno da concentração socioeconômica e da urbanização ao redor de seus dois principais eixos de integração viária e pela desigualdade do desenvolvimento de pequenas cidades nas imediações dos demais eixos, quais serão as novas orientações político-institucionais e as diretrizes de planificação integrada para a superação gradual desse desequilíbrio da formação histórica regional?

Conclusão

A oportunidade de elaborar o presente artigo com a perspectiva de participação e aprendizado com a troca de experiências no Seminário de Observatórios possibilitou a realização de uma primeira avaliação do processo de constituição de nosso Observatório e de organização dos trabalhos. Nessa ponderação geral a respeito da concepção geral do Observatório, das metodologias e resultados preliminares, a questão da participação assume indubitável relevância. E aqui é preciso concordar com Paula Chies Schommer (MAIA, ALEXIUS e SILVA, 2015, p. 32-33), quando destaca a importância do conhecimento e da consciência das conexões entre fenômenos para impulsionar as pessoas para “a construção de algo possível aqui e agora (...) em lugar da idealização e das grandes utopias”, mediante um “contínuo e ativo engajamento [dos cidadãos] na vida comunitária, nas questões coletivas, na esfera pública”. Nessa sintonia pode-se conceber e creditar valor à construção coletiva do lugar social e de um humanismo concreto (SILVA NETO, 2015).

Referências

ACSELRAD, H. **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 2008.

- BRANDÃO, C. A. Transversalidade, multiescalaridade e os desafios das políticas regionais no Brasil. In: RANDOLPH, R. e TAVARES, H. M. (Organizadores) **Política e Planejamento Regional: Uma Coletânea. Edição Especial.** Ministério da Integração Regional, Brasília, março de 2013.
- CÂMARA, G. Territórios Digitais: As Novas Fronteiras do Brasil. Seminário Preparatório CNCTI, 2005. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/gilberto>>. Acesso em: 25 de março de 2014.
- DI MAIO, A. C.; GOMES, C.; KURKDJIAN, M. L. N. O. Geoinformation: a social issue. In: RUAS, A. (Editor). **Advances in Cartography and GIScience.** Volume 2. Paris: Springer, 2011, p. 35-48.
- EMPLASA. **Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.** Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano, EMPLASA, 2012.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar.** Rio de Janeiro-São Paulo, Record, 2000.
- GOMES, C. Mobilidade Populacional e Novas Centralidades da Vida Social: Apontamentos sobre a Região de São José dos Campos (SP). Relatório Científico Final de Pós-Doutorado, Rio de Janeiro, IPPUR-UFRJ, 2011.
- _____. Aportes teórico-metodológicos para um diálogo interdisciplinar sobre modelos de urbanização e urbanidade. Relatório Científico Final de Pós-Doutorado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- MAIA, M; ALEXIUS, A; SILVA, L. C. (organizadores). **Observatórios, Metodologias e Impactos:** referências, memórias e projeções. São Leopoldo, Unisinos, 2015.
- MARTINS, H. H. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa,** São Paulo, v.30, n.2, p. 287-298, maio/ago. 2004.
- RAMOS, F. R.; CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. M. V. Territórios Digitais Urbanos. In: ALMEIDA, C. M. de; CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. M. V. (org.). **Geoinformação em urbanismo:** cidade real X cidade virtual. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.
- RAMOS, C. S. **Visualização cartográfica e cartografia multimídia:** Conceitos e tecnologias. São Paulo, Editora UNESP, 2005.
- RIBEIRO, L. C. Q e LAGO, L. C. Reestruturação nas grandes cidades brasileiras: o modelo centro-periferia em questão. Rio de Janeiro, IPPUR-UFRJ, 1994.
- RIBEIRO, L. C. Q; RIBEIRO, M. G. (Organizadores). **Análise Social do Território:** Fundamentos Teóricos e Metodológicos. Rio de Janeiro, Letra Capital, Observatório das Metrôpoles, 2013.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização.** Rio de Janeiro, São Paulo, Editora Record, 2000.
- SILVA Neto, M. L. A interação técnico-econômica do território paulista. In: **2º Encontro Brasileiro de Estudos Regionais e Urbanos,** 2002. 2º Encontro Brasileiro de Estudos Regionais e Urbanos - Anais. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Regionais, 2002.
- _____. Cidades inteiras de homens inteiros: o espaço urbano na obra de Milton Santos. Texto elaborado a partir de palestra proferida por ocasião do lançamento do Prêmio Milton Santos, na Câmara Municipal de São Paulo, em 25 de junho de 2003.
- _____. Pistas de projeto na era do humanismo concreto. São Paulo, 2015.
- SILVA Neto, M. L.; AZZONI, C. R.; HOFFMANN, J. C. *Regionalização do Estado de São Paulo: para onde vai?* Relatório de Pesquisa. São Paulo: Secretaria de Economia e Planejamento do Governo do Estado de São Paulo, 2002.
- TEILHARD de C., P. La centologie. Essai d'une dialectique de l'union (1944). **Oeuvres:** Cahier 7 – L'Activations de L'Énergie, Paris, Seuil, 1963.
- _____. **O fenômeno humano.** São Paulo, Cultrix, 1986.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo, Cortez, 1996.
- VAINER, C. B. As escalas do poder e o poder das escalas: O que pode o poder local? **Anais:** Encontros Nacionais da ANPUR, Rio de Janeiro, v. 9, 2001.